n.º 10774-B/2013, de 9 de agosto, publicado no DR, 2.ª Série, n.º 159, de 20 de agosto de 2013, o seguinte:

Artigo único

Prorrogação da comissão de serviço

É prorrogada, a partir de 19 de setembro de 2013 e por um período de três anos, a comissão de serviço de Jerónimo Anselmo da Silva Fernandes, inspetor de escalão 8, nomeado oficial de ligação para a República Bolivariana da Venezuela, através da Portaria n.º 844/2007, de 12 de setembro.

12 de dezembro de 2013. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*. — O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, *Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira.*

207465482

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa

Aviso n.º 15536/2013

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (LVCR), torna-se público que, na sequência da conclusão da 13.ª edição do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP) — Curso Guerra Junqueiro, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com o diplomado Ricardo Miguel Farinha de Oliveira, para preenchimento de 1 (um) posto de trabalho previsto, e não ocupado, na carreira geral e unicategorial de técnico superior, do mapa de pessoal desta Direção-Geral.

A integração na carreira geral e unicategorial de técnico superior efetua-se na 2.ª posição remuneratória nos termos do n.º 6 do artigo 56.º da LVCR que corresponde, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho, ao nível 15 da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, equivalente ao montante pecuniário de 1.201,48€ (mil duzentos e um euros e quarenta e oito cêntimos).

O presente contrato tem efeitos reportados a 16 de julho de 2013 e por força do disposto nos artigos 73.º a 78.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP), aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, encontra-se sujeito a período experimental com a duração de 180 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto no n.º 2 da cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 188, de 28 de setembro de 2009, aplicável por força do Regulamento de Extensão 1-A/2010, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 42, de 2 de março de 2010.

Durante o período experimental o diplomado será acompanhado por um júri, nos termos do n.º 3 do artigo 12.º da LVCR por remissão do n.º 2 artigo 73.º do RCTFP, que terá a seguinte composição:

Presidente: Rita Martins Barata Cabral, Diretora de Serviços de Infraestruturas e Património;

Vogais efetivos: Ana Maria Rosa Pereira Relha, Chefe de Divisão de Gestão Patrimonial, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos, e António Manuel Neto de Avelar Ghira, Técnico Superior;

Vogais suplentes: Pedro José Pinto Cordeiro Ramalhete, Técnico Superior, e Vanda Cristina Valente Dias de Jesus, Técnica Superior.

11 de outubro de 2013. — O Diretor-Geral, *Manuel de Matos Gravilha Chambel,* major-general.

207465247

Inspeção-Geral da Defesa Nacional

Despacho n.º 16619/2013

O Decreto Regulamentar n.º 3/2012, de 18 de janeiro, definiu a missão, atribuições e o tipo de organização interna da Inspeção-Geral da Defesa Nacional (IGDN).

A Portaria n.º 87/2012, de 30 de março, aprovou a estrutura nuclear da IGDN, fixando em dois o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e em duas a dotação máxima de chefes de equipas multidisciplinares.

O Despacho n.º 15390/2013, de 14 de novembro, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 26 de novembro, veio definir as novas unidades orgânicas flexíveis que integram a estrutura hierarquizada, e as equipas multidisciplinares que integram a estrutura matricial.

Face à necessidade de dotar a IGDN da organização interna adequada ao desempenho da sua missão, em particular à prossecução das orientações estratégicas definidas e à realização, de forma eficiente e eficaz, dos objetivos e iniciativas estratégicas que dela decorrem, foi criada a Divisão de Administração de Recursos (DAR).

Considerando que, com a criação da DAR, torna-se necessário prover o lugar de chefe de divisão que foi definido na estrutura orgânica através do Despacho n.º 15390/2013;

Considerando que, importa assegurar o seu normal funcionamento face às competências que lhe foram atribuídas;

Nestes termos, e por considerar que detém as competências, capacidades e o perfil adequado ao desempenho das funções inerentes ao cargo, conforme síntese curricular anexa:

1 — Designo, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações posteriormente introduzidas, em regime de substituição, para o cargo de Chefe de Divisão de Administração de Recursos, o Licenciado Paulo Jorge Pereira Fernandes.

2 — Ao designado é atribuído o estatuto remuneratório de chefe de divisão, nos termos do disposto do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de dezembro de 2013.

10 de dezembro de 2013. — O Inspetor-Geral, *Vítor Manuel Amaral Vieira,* TGEN.

Síntese curricular

Nome: Paulo Jorge Pereira Fernandes
Data de nascimento: 27 de novembro de 1970
Habilitações Académicas

Licenciado em Direito, na variante do Ramo Jurídico-Económico, pela Universidade Lusíada do Porto.

Experiência Profissional

Desde 1 de fevereiro de 2012, exerceu funções de inspetor na Inspeção-Geral da Defesa Nacional (IGDN), participando em diversas auditorias no âmbito do universo de controlo da IGDN, numa auditoria extraordinária solicitada pelo Tribunal de Contas e na instrução de um inquérito solicitado pelo Sr. Ministro da Defesa Nacional.

De 9 de maio de 2011 a 31 de janeiro de 2012, exerceu funções como coordenador do Gabinete de Controlo Interno da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (SGMDN) e prestou assessoria jurídica e apoio técnico, à Direção, nos procedimentos concursais para provimento em cargos dirigentes.

De 1 de agosto de 2010 a 8 de maio de 2011, exerceu funções na área de pessoal da Divisão de Gestão de Recursos Humanos da SGMDN e participou no grupo de trabalho que apresentou uma proposta de implementação de um Sistema de Controlo Interno e da criação do Gabinete de Controlo Interno da SGMDN.

De 11 de março de 2008 a 31 de julho de 2010, exerceu funções de inspetor na IGDN, participando em diversas auditorias no âmbito do universo de controlo da IGDN, nomeadamente, nas áreas da contratação pública e dos recursos humanos. Neste período, foi nomeado representante da IGDN nos grupos de trabalho e nas reuniões de preparação para a elaboração das Leis Orgânicas do MDN, dos diplomas orgânicos da IGDN e do decreto-lei da carreira especial de inspeção (atual Decreto-Lei n.º 170/2009, de 3 de agosto).

De 1 de fevereiro de 2006 a 10 de março de 2008, exerceu funções nas áreas das contraordenações e das execuções fiscais na Divisão de Assuntos Jurídicos, e na área da contratação pública da Secção de Aprovisionamento da Câmara Municipal de Lousada.

De janeiro de 1995 a 10 de agosto de 2004, exerceu funções no Exército Português como Oficial contratado, nomeadamente, na Secção de Justiça da Região Militar do Norte (adjunto técnico — de 1 de outubro de 1999 a 10 de agosto de 2004) e na Escola Prática de Transmissões (Adjunto do Oficial de Justiça — de 1 de março de 1996 a 30 de setembro de 1999 — e Comandante de Pelotão — de janeiro de 1995 a 28 de fevereiro de 1996).

Formação Profissional

Workshop de contratação pública e Código da Contratação Pública (SGMDN;

Introdução ao Controlo Financeiro (INA/SCI);

Curso Geral de Segurança de Matérias Classificadas (Gabinete Nacional de Segurança);

Diploma de especialização em compras e contratação pública (INA)

Os novos regimes de vinculação, carreiras e remunerações (INA);

A responsabilidade civil do Estado e demais entidades públicas.

207470439